

CNTV E CUT ALERTAM QUE JURO ALTO E DUMPING CAMBIAL TRAZEM RISCO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Em audiência na Comissão de Trabalho da Câmara, defendemos medidas urgentes em prol da indústria nacional, mas com contrapartidas como emprego de qualidade e salário digno no setor calçadista

Uma representação da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Vestuário (CNTV) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) participou no dia 24 de maio da audiência promovida pela Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados para debater a crise provocada pela política de juros altos, câmbio valorizado e importações predatórias sobre o polo calçadista do país.

Durante o evento, representantes dos trabalhadores e dos empresários alertaram que esta conjugação de fatores está afetando a competitividade das empresas, aumentando o risco de desindustrialização do setor, o que torna inadiável a necessidade de o governo adotar urgentemente medidas de proteção da indústria e dos postos de trabalho.

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de calçados (atrás de Índia e



Jacy Afonso (microfone) representou a CUT no debate, que contou com a presença da presidenta da CNTV, Cida Trajano (à direita)

China) e o quinto maior exportador do produto, empregando cerca de 900 mil trabalhadores, 400 mil diretos e mais 500 mil da cadeia produtiva, através das fábricas que fornecem produtos.

POLO CALÇADISTA - Conforme o IBGE, o maior polo calçadista do mun-

do está no Vale dos Sinos, região formada por 14 municípios ao norte de Porto Alegre. No Rio Grande do Sul, o setor emprega mais de 143 mil trabalhadores. No país, a maior empresa calçadista é a Vulcabrás-Azaléia, com mais de 35 mil operários no Brasil e exterior.

CIDA: É HORA DE DEFENDER O PRODUTO NACIONAL, OS SALÁRIOS E OS EMPREGOS

A presidenta da CNTV, Cida Trajano, lembra que em Parobé, no Rio Grande do Sul, a Azaléia fechou a fábrica - a primeira do grupo, fundada em 1958 -, e demitiu os seus 840 trabalhadores. Além dos empregos, explicou, o município perdeu a fonte de 60% dos seus impostos e o Estado ficou empenhado após ter concedido cerca de R\$ 50 milhões em benefícios fiscais para a empresa.

TAXAÇÃO DOS SAPATOS CHINESES - Cida recorda que para defender o produto nacional, os salários e os empregos, foi feito em 2010 um acordo com empresários e governo para a renovação da taxaçoão dos sapatos chineses. O problema, alertou, é que aprovada a taxa antidumping - resultado de uma investigação de defesa comercial feita pelo Ministério do Desenvolvimento - os sapatos chineses passaram a entrar com selos de outros países, burlando a fiscalização. Assim, embora a medida tenha reduzido as importações do pares de calçados da China em 22% em um ano, catapultou a entrada de outros países asiáticos. Em 2010, o Brasil passou a importar mais da Malásia, 1.356% de crescimento; Indonésia, 93%; Vietnã, 81%, e até de regiões onde praticamente inexistem fábricas do produto, como Taiwan (428%) e Hong Kong (132%). Há fortes indícios de que, por meio desta triangulação, o sapato chinês acabe se livrando da taxa de US\$ 13,85 por par.



Presidente da CNTV ao lado do presidente da Frente Parlamentar Mista da Indústria Têxtil e de Confecções, dep. Henrique Fontana
Combate ao importacionismo

“Precisamos de uma ação mais firme para barrar o importacionismo, que devasta a indústria brasileira e, conseqüentemente, os empregos, mas também necessitamos garantir postos de trabalho de qualidade e uma negociação nacional para a valorização dos pisos salariais. É inaceitável que as empresas estimulem a guerra fiscal para correr atrás dos locais onde os salários são mais baixos, se aproveitando das desigualdades regionais e de eventuais debilidades da organização dos trabalhadores para arrochar e precarizar direitos”, declarou a presidenta da CNTV.

CUT ALERTA PARA NECESSIDADE DE MUDANÇAS NA POLÍTICA ECONÔMICA E GARANTIA DE CONTRAPARTIDAS

Empresários precisam se comprometer com a redução da jornada de trabalho sem redução de salário

Na reunião da Comissão de Trabalho da Câmara, o secretário de Organização da CUT Nacional, Jacy Afonso, alertou sobre a necessidade de mudanças na política econômica, particularmente na questão dos juros e do câmbio que trazem o risco de desindustrialização. Mas o dirigente cutista destacou que “muitas vezes o governo atende nossas reivindicações, mas as empresas não apresentam contrapartidas sociais”.

DESCOMPASSO - Entre os exemplos de descompromisso, Jacy citou a postura do empresariado contra a proposta de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, medida que além de garan-

tir a abertura de novas vagas de trabalho contribuiria para colocar a roda da economia para girar.

COMPETIÇÃO - Outro equívoco apontado por Jacy Afonso é o estímulo dado pelo governo à exportação do couro na forma bruta, que vai para a China e a Alemanha, retornando ao Brasil como calçado, competindo de forma desigual com a indústria calçadista local.

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), que solicitou a audiência, citou o exemplo da Fábrica de Calçados Azaléia, no município de Itape-

tinga, a 562 Km de Salvador (BA), que recentemente anunciou demissões, férias coletivas e ameaça fechar unidades de produção.

É um erro estimular a exportação de couro na forma bruta, que vai para a China e a Alemanha retornando ao Brasil como calçado



Presidente da Abicalçados denuncia dumping e importação fraudulenta

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, condenou o ‘dumping’ praticado principalmente pela China - que inunda o mercado doméstico com produtos vendidos a preços ínfimos - e a importação fraudulenta pois são problemas a serem enfrentados com urgência.

URGÊNCIA - “É difícil competir com eles”, declarou Cardoso, citando o câmbio e os subsídios governamentais. Sem providências, disse, a indústria brasileira vai desaparecer.

O líder empresarial lembrou que fez uma denúncia em 2008 para que o Mi-

nistério da Fazenda investigasse a importação fraudulenta, destacando que o Brasil importou sete milhões de pares de sapatos da China naquele ano e o país asiático diz que exportou para o Brasil 25 milhões. “O que foi feito desses 18 milhões?”, questionou o empresário, lembrando que embora a fraude tenha sido denunciada, a investigação ainda não começou.

COMMODITIES - O representante da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia, Paulo Guimarães, também criticou a manutenção da política de exportação de commodities e importação de produto manufatura-

do, que compromete o desenvolvimento e o emprego no país. Guimarães propôs que o governo aproveitasse o período de alta nos preços das commodities para fortalecer a industrialização do país, ainda mais num momento de alta demanda para a produção brasileira no mercado interno.

SILÊNCIO - Presente à audiência, o representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Simon Salama, limitou-se a dizer que as soluções solicitadas por trabalhadores e empresários são da competência do Ministério da Fazenda e do de Relações Exteriores.

Sindicato Unificado de São Paulo prepara campanha salarial



Realizado nos dias 13 e 14 de maio em sua Colônia de Férias, o Seminário do Sindicato Unificado dos Sapateiros e Coureiros de São Paulo reuniu cerca de 40 dirigentes da entidade, além de lideranças sindicais da categoria em Presidente Prudente e Franca, da Federação Coureira e da CNTV.

SINDICALIZAÇÃO - No evento, foram reafirmadas as bandeiras aprovadas no Seminário da Campanha Nacional Articulada da CNTV, de ganho real, PLR e redução da jornada, e definida a entrega da pauta, além da realização de uma ampla campanha de sindicalização.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES PRECISA FOCAR OS TRABALHADORES

Presente ao lançamento da Frente Parlamentar Mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção, instalada no dia 1º de junho, no auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados, a CNTV sublinhou a importância da articulação para a defesa do salário e do emprego de centenas de milhares de trabalhadores.

AGENDA - O presidente da Frente, deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), destacou que o papel do movimento é garantir que a agenda de trabalhos e as negociações



Confederação quer ver salário, emprego e direitos na agenda da Frente Parlamentar

com o governo sejam contínuas. “Queremos que o setor industrial ultrapasse os limites do Ministério da Fazenda e

do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior e esteja no centro de decisões do governo”, declarou o parlamentar.

Conforme o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Aguinaldo Diniz, os principais desafios da Frente são reverter o déficit de US\$ 6 bilhões do setor, a defesa dos empregos e geração de novos postos de trabalho. “O encontro foi de extrema importância para o setor, pois reuniu o governo, os trabalhadores e os empresários”, declarou Diniz.

CNTV SE REÚNE COM DIREÇÃO DA AZALÉIA E COBRA SERIEDADE E COMPROMISSO COM OS EMPREGOS

Lideranças dos sindicatos cutistas que têm unidades fabris da Azaléia em sua base estiveram reunidas com diretores do grupo em São Paulo para debater questões relativas ao salário e ao emprego dos trabalhadores.

Estiveram presentes representações dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Fortaleza (Francisco Paiva das Neves e Paulo Juarez Alves Gomes), Sergipe (Francisco Pinto dos Santos Júnior) e Gizeldo Santos) e Itapetinga-BA (James Santos Alves e Bráulio Zacarias Ferras). A Azaléia esteve representada por Valdinei Tortorelli, gerente de Planejamento Comercial e André Glüher, diretor de Planejamento Comercial.

Na oportunidade, os sindicalistas cobraram seriedade e compromisso da Azaléia com os empregos dos trabalhadores.

Recentemente, a Azaléia fechou a unidade de Parobé - sua primeira



fábrica, onde iniciou em 1958 - para abrir na Índia, alegando falta de competitividade diante dos juros altos e do câmbio desfavorável.

RECIPROCIDADE - Para a CNTV, a construção de uma pauta em defesa da indústria nacional pressupõe o compromisso dos empresários com as de-

mandas dos trabalhadores. “Não há como definirmos uma ação conjunta em benefício das empresas nacionais se não existisse reciprocidade no tratamento. Queremos compromisso claro não só com a garantia do emprego, mas com a melhoria dos salários e a ampliação de direitos”.

TRABALHADORES, PARLAMENTARES E GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL REPUDIAM DEMISSÕES E FECHAMENTO DA FÁBRICA EM PAROBÉ

Trabalhadores, sindicalistas e parlamentares gaúchos vem realizando uma série de atos públicos em Parobé, em protesto contra o fechamento da fábrica da Azaléia e em solidariedade aos 840 demitidos.

O governo gaúcho cobrou respon-

sabilidade social da direção da Azaléia. “Não fomos comunicados sobre a decisão da empresa, que recebeu benefícios fiscais homéricos do Estado. Portanto, recebeu dinheiro do povo gaúcho. Pelo menos deveria ter dado um aviso prévio e ter feito uma saída

negociada do Estado, para não causar uma comoção como essa que está causando”.

CONDENAÇÃO - “Aliás, o único comunicado foi o aviso prévio dado aos empregados demitidos”, condenou o governador Tarso Genro.



Artur Henrique, presidente da CUT; Emir Sader, Rosane Silva (CUT) e deputado Raul Pont (PT-RS)

LIDERANÇAS SINDICAIS DO VESTUÁRIO PARTICIPARAM DO SEMINÁRIO DA CUT SOBRE A REFORMA POLÍTICA

Para aperfeiçoar a democracia representativa e fortalecer a democracia participativa

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Artur Henrique, encerrou o Seminário “A Reforma Política na Estratégia da CUT”, realizado no dia 19 de maio, em São Paulo, conclamando a militância a incorporar a temática na ação sindical, “na disputa de hegemonia com o capital”.

DESENVOLVIMENTO - Para o país avançar, defendeu o líder cutista, torna-se inadiável uma Reforma Política ampla, “que contemple o aperfeiçoamento da democracia representativa e o fortalecimento da democracia participativa, para trilharmos o caminho do desenvolvimento sustentável”. O tema será uma das bandeiras centrais do Dia Nacional de Mobilização da CUT, marcado para 6 de julho.

PARTICIPAÇÃO - Mais de 200 dirigentes sindicais de todo o país participaram do Seminário, que reuniu personalidades, intelectuais e parlamentares de destaque como o relator da comissão especial que trata da Reforma Política, deputado federal Henrique Fontana (PT-RS); o professor e sociólogo, Emir Sader; o deputado estadual Raul Pont (PT-RS); o presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda; o coordenador da Plataforma pela Reforma do Sistema Político, José Antonio Moroni; o dirigente da FES (Fundação Friedrich Ebert) e o professor de Universidade Federal Fluminense, Marcus Ianoni.



Dirigentes sindicais dos têxteis, calçados e coureiros no evento

FINANCIAMENTO PÚBLICO É ESSENCIAL

Entre os pontos centrais abordados no evento estão o debate sobre o sistema eleitoral, mecanismos de participação e controle social, orçamento público participativo, relações democráticas de trabalho, democratização da comunicação, financiamento público exclusivo para campanhas e a criação de mecanismos para eliminar o abuso do poder econômico. Voto em lista com alternância e proporcionalidade de gênero - definidas em convenções partidárias e explicitação de critérios; fidelidade partidária e programática e eliminação de cláusulas de barreira também foram medidas apontadas como imprescindíveis.

OXIGENAÇÃO - Outras ações fundamentais para a oxigenação do processo democrático dizem respeito à democracia participativa. Entre elas, destacamos a diminuição do número de assinaturas para Projetos de Iniciativa Popular e mecanismos de facilitação da sua coleta; inclusão de instrumentos para democratização do Poder Judiciário e impedimento da judicialização dos conflitos; a institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais.

SUPERAÇÃO - Para o deputado Henrique Fontana (PT-RS), o sistema político nacional apresenta dois graves problemas: ser extremamente personalista e permeável ao poder econômico. “É muito mais fácil para quem tem dinheiro construir uma liderança popular, como o Fernando Collor de Mello, do que para quem tem base social representativa. A eleição de um trabalhador como o Lula não é uma regra, mas uma exceção”, disse.